



Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 12

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia dezasseis de abril de dois mil e vinte e seis

Aos dezasseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente estiveram presentes os Senhores Vereadores Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----
A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de “quórum”, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 10^o da Reunião Extraordinária do dia dezanove de março de dois mil e vinte e seis, e da ata número 11 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis; **Ponto 2** – Aprovação do relatório de contas do ano 2025; **Ponto 3** – Celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Meda e a Fundação Álvaro Carvalho – especialidade oftalmologia – ano 2026; **Ponto 4** - Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Prova, para realização de obras de edificação; **Ponto 5** - Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Ranhados, para realização de obras na Igreja de Ranhados; **Ponto 6** - Atribuição de apoio ao Centro Cultural e Recreativo de Meda – ano 2026; **Ponto 7** - Atribuição de apoio à Associação Centro Sócio Cultural da Coriscada - C.S.C.C. – ano 2026; **Ponto 8** - Atribuição de apoio financeiro ao “O Avelosense” - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Aveloso – ano 2026; **Ponto 9** – Proposta de apoio financeiro a atribuir pelo Município de Mêda ao abrigo Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Apicultura, para o ano 2025; **Ponto 10** - Proposta de atribuição de designações toponímicas das freguesias; **Ponto 11** - Proposta de submissão à Assembleia Municipal de Mêda do “pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para o “complexo agroindustrial avícola”. **Ponto 12** – Ratificação-Sanação da deliberação tomada em reunião de câmara realizada a 27 de março de 2026, relativa à atribuição de atribuição de um apoio financeiro à União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, para realização de obras de “estabilização de caminho público (caminho da “fonte da tijela).” **Ponto 13** - Ratificação-Sanação da deliberação tomada em reunião de câmara realizada a 27 de março de 2026, relativa à atribuição de atribuição de um apoio financeiro e institucional à associação juvenil medamais, no âmbito da criação do projeto “mêda+comunidade”.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----



Almeida

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, deu início ao período antes da ordem do dia, destinado à intervenção dos membros do Executivo e de assuntos para conhecimento. Referiu que, pretendia apenas destacar duas ou três situações que considerava mais importantes para discussão, embora existissem muitas outras. Indicou que uma das questões se prendia com a situação da proposta de possibilidade de alteração dos ITIs. Informou que tinha agendada uma reunião para o dia 23 do corrente mês, no âmbito da CIM, com o Presidente da CCDR, Doutor Ribau Esteves. Referiu ainda que não tinha conhecimento detalhado dos pontos constantes da convocatória, mas que sabia existir a possibilidade, tendo em conta a fraca execução verificada nos últimos tempos, de serem introduzidas alterações com o objetivo de aumentar a execução até ao final do ano. Referiu que, tanto quanto tinha percebido, existia a possibilidade de alterar a tipologia de investimento, desde que houvesse concordância no Conselho relativamente aos diferentes eixos. De forma resumida, explicou que, inicialmente, cada entidade dispunha de uma dotação própria distribuída pelos vários eixos. Contudo, no momento atual, a dotação passou a ser global para a CIM, permitindo que as entidades com maior nível de execução em determinados eixos possam assumir uma maior execução. Acrescentou ainda que passou a ser possível a troca de investimentos e de verbas entre Câmaras Municipais. Para melhor esclarecimento, deu como exemplo a Câmara Municipal de Mêda, referindo que esta tem condições para sinalizar investimentos que já se encontram em execução, permitindo assim elevar o nível de execução global da CIM, o que, de outra forma, poderia não ser possível através de candidatura. Referiu que esta situação lhe suscita preocupação, nomeadamente no que diz respeito à Casa da Cidadania, cuja aprovação, através da DGAL, contempla 50% do valor, sendo que a obra total ascende a mais de oitocentos mil euros. Mencionou igualmente a intervenção na denominada Casa do Morais, conhecida como Casa do Morais do Abreu, para a qual não existia financiamento. Nesse sentido, manifestou a intenção de perceber até que ponto, com a alteração das tipologias, seria possível sinalizar estas obras para efeitos de participação. Acrescentou que, caso existissem questões a colocar, as mesmas seriam discutidas no prazo de quinze dias, referindo que, naquele momento, ainda não dispunha de informação detalhada sobre as condicionantes e propostas apresentadas pelo Presidente da CCDR. Deu ainda conhecimento de que tinha sido obtido o visto do Tribunal de Contas, há muito aguardado, o qual surgiu com um atraso superior a um ano, devido à inexistência dos pressupostos exigidos por aquela entidade para o deferimento. Informou que, no último mês e meio, foi possível colmatar as insuficiências identificadas, tendo o visto sido concedido na semana anterior, o que permite assegurar a continuidade da obra e abre a possibilidade de acesso a financiamento proveniente de outras fontes que não o PRR. Deu conhecimento de que a Câmara Municipal adquiriu um terreno situado na zona envolvente à nave do mercado de exposições. Referiu que a maior parte da população tinha a perceção de que aquele espaço já integrava o domínio público, o que não correspondia à realidade. Esclareceu que o terreno se encontrava inserido num loteamento que esteve em processo de execução fiscal, tendo a sua aquisição sido, entretanto, negociada com uma solicitadora para efeitos da respetiva escritura. Informou que o referido lote estava avaliado em cerca de oitenta mil euros para fins habitacionais, a preços de mercado, tendo a Câmara Municipal procedido à sua aquisição pelo valor de quarenta mil euros. Salientou, contudo, que, independentemente do valor, a aquisição teria sempre de ser concretizada, uma vez que o terreno é essencial para a evolução do mercado de



4/meda

exposições e para a eventual construção de uma nova nave naquele local, sendo que, sem o mesmo, tal intervenção ficaria inviabilizada. Manifestou que, com esta aquisição, foi colmatada uma necessidade que deveria ter sido resolvida há várias décadas, desde o início do loteamento, manifestando satisfação por, desta forma, salvaguardar o interesse público. Informou que foi também sinalizada uma possível aquisição, encontrando-se o processo já numa fase adiantada, relativa a um imóvel situado junto à igreja, referindo que o objetivo principal dessa aquisição passa pela demolição do edifício, por se encontrar desajustada ao enquadramento do espaço envolvente, permitindo posteriormente a construção de instalações sanitárias de apoio à igreja, nomeadamente para utilização em casamentos, batizados, missas e outros eventos ali realizados. Acrescentou ainda que iniciou conversações com a Comissão Fabriqueira com vista à possível aquisição do heliporto. Esclareceu que o heliporto se encontra instalado em terreno pertencente à referida Comissão Fabriqueira, tendo existido um contrato de cedência à Câmara Municipal para esse efeito. Salientou que, durante este mandato, considera de máxima importância que aquele espaço passe para domínio público, de forma a possibilitar o desenvolvimento de projetos e investimentos sem necessidade de dependência da avaliação e autorização da Comissão Fabriqueira. Referiu ainda o ponto de situação do imóvel da antiga Viva Carneiro, informando que o mesmo ainda não se encontra adquirido. Esclareceu que aguarda o visto do Tribunal de Contas relativamente ao empréstimo associado, tendo sido necessária uma alteração ao nível dos prazos, uma vez que, aquando da sinalização do processo no mandato anterior, os mesmos já se encontravam ultrapassados. Acrescentou que, para o efeito, foi também necessária a apresentação de uma declaração por parte da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa de Crédito Agrícola. Referiu que se encontram a trabalhar no sentido de, com a maior brevidade possível, garantir a aquisição do referido espaço, de modo a permitir o avanço do projeto do centro de transportes, que considera necessário para o concelho. No âmbito desta matéria, deu ainda conhecimento de que foi realizada uma reunião na CIM com a Senhora Secretária de Estado, durante a qual defendeu a necessidade de o concelho beneficiar de um tratamento diferenciado ao nível da mobilidade, atendendo as circunstâncias que o concelho não dispõe de ligação ferroviária, tendo salientado, em tom irónico, junto da Senhora Secretária de Estado, que seria mais fácil assegurar a deslocação de um autocarro uma ou duas vezes por dia para Mêda do que implementar uma estação de caminho de ferro no concelho. Informou que a referida Senhora Secretária de Estado demonstrou sensibilidade. Na mesma reunião, manifestou o interesse do Município em que, no âmbito da Rede de Expressos, atualmente com passagem no Rabaçal, possa vir a ser considerada a inclusão da sede do concelho nos circuitos, assim que o centro de transportes esteja concluído ou em execução. Acrescentou que tomou conhecimento de que se encontram em curso negociações no âmbito do plano de mobilidade, com vista à reorganização dos circuitos da Rede de Expressos, prevendo-se que algumas ligações passem a ser diretas, enquanto outras poderão admitir paragens intermédias, o que considera constituir uma oportunidade para o concelho. Salientou que também transmitiu a necessidade de o concelho de Mêda ser encarado de forma diferenciada, alertando que as insuficiências existentes ao nível da saúde, conjugadas com limitações na mobilidade, poderão comprometer gravemente a fixação da população, uma vez que a ausência de serviços essenciais e de acessibilidades dificulta a resolução das necessidades da população. Referiu ainda que fez chegar à Senhora Secretária de Estado diversas preocupações relacionadas com a mobilidade no

4º Almeida



concelho. Informou igualmente que, no âmbito do PMUS – Plano de Mobilidade Urbana, foi contratada uma empresa, com financiamento já assegurado, para a elaboração do plano de mobilidade interno e externo do concelho. Acrescentou que, no âmbito deste processo, se encontra prestes a iniciar a fase de consulta pública do plano de mobilidade no âmbito da CIM, indicando que, durante o período previsto, de cerca de trinta dias, o Município fará chegar as suas preocupações e contributos, de modo a que os mesmos sejam considerados e integrados. Referiu que está a acompanhar diretamente esta matéria, por se tratar de uma preocupação relevante, nomeadamente no que diz respeito às acessibilidades ao concelho. Mencionou ainda que se encontra igualmente em desenvolvimento o plano de mobilidade associado aos transportes flexíveis, o qual tem vindo a ser trabalhado nos últimos meses. Concluiu referindo que estas eram, de forma resumida, as principais questões que entendeu trazer à discussão, entre outras que têm sido objeto de várias reuniões. Por fim, colocou-se à disposição dos Senhores Vereadores para prestar esclarecimentos, caso existissem questões a colocar. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referindo que, relativamente às informações prestadas pelo Senhor Presidente, que têm ocorrido algumas alterações recentes, com os ITIS, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de proceder à troca de obras questionando assim se o montante em causa seria de cerca de quatro milhões de euros, e se a Casa dos Magistrados também estaria sinalizada. Referiu que, existindo essa oportunidade, considerou positiva para todos os municípios. -----

Tomou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, esclareceu que existe a sinalização de intenções com ou sem dotação, referindo que, no âmbito dos ITI, foram sinalizadas várias obras, embora, devido à organização dos eixos e às limitações orçamentais, nem todas tivessem verba efetivamente disponível. Explicou que, de um montante global de cerca de quatro vírgula dois a quatro vírgula três milhões de euros, foi recentemente efetuada uma alteração por si assinada, que permitiu, por exemplo, a aquisição de uma viatura de combate a incêndios para o Corpo Voluntário dos Bombeiros. Referiu que esta aquisição, no valor aproximado de duzentos e tal mil euros, será realizada através de candidatura da corporação no âmbito dos ITI, sendo o respetivo valor deduzido à dotação global do Município. Acrescentou que foram igualmente sinalizadas outras intervenções, nomeadamente a Casa dos Magistrados, a eficiência energética da Casa da Cultura e das piscinas, bem como o pavilhão multiusos. Esclareceu que a dotação atribuída para execução destas obras pode não estar integralmente afeta à sua concretização, dependendo das regras de afetação e execução. Referiu ainda o caso do bairro do Barrocal, onde estavam inicialmente sinalizados cerca de um milhão e meio de euros, tendo o último concurso público ascendido a cerca de dois milhões de euros. Indicou que a intenção do Município é relançar a intervenção naquele bairro. Manifestou que, caso exista a possibilidade de alteração dos ITI, poderá ser ajustada a afetação de verbas, por exemplo, do bairro do Barrocal para intervenções de regeneração urbana do próprio bairro, tratando-se de uma opção de natureza política.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente e aos restantes membros do Executivo. Referiu que trazia alguns pontos para discussão, mas que, aproveitando a questão anteriormente abordada pelo Senhor Presidente relativamente ao heliporto, considerava tratar-se de uma matéria relevante, sobre a qual já se tinha pronunciado anteriormente. Reforçou a necessidade de se definir uma estratégia clara para o heliporto, no seu entendimento, como também com o Quartel dos Bombeiros. Referiu que as necessidades ao nível da Proteção Civil se encontram identificadas, considerando uma solução na criação de um complexo que



(Handwritten signature)
4/eme.doc

integrasse as diversas valências a operar no território seria benéfica. Manifestou satisfação pelos esforços que estão a ser desenvolvidos, nomeadamente no que diz respeito à resolução da questão do heliporto. Acrescentou ainda que, não sendo apenas crítico, pretendia também deixar palavras de reconhecimento, felicitando o Município pela atribuição da Bandeira de Mérito Social, dirigindo igualmente os parabéns por todas as atividades desenvolvidas, incluindo os técnicos. Deixou também uma palavra positiva relativamente a uma atividade recentemente realizada no concelho, apoiada pela Câmara Municipal, nomeadamente o Trail dos Bombeiros Voluntários, destacando a capacidade do território para acolher este tipo de iniciativas, bem como o envolvimento da comunidade e a valorização das características naturais e paisagísticas do concelho, destacando ainda a forma como os Bombeiros organizam estas iniciativas e o envolvimento da comunidade, no seu entender, merece todo o reconhecimento. No seguimento da referência ao Mérito Social, mencionou que, tendo em conta a ordem de trabalhos da presente reunião, se encontram igualmente várias instituições a apoiar, enquadrando essa matéria no que respeita às IPSS do concelho, manifestou preocupação quanto ao funcionamento dos centros de dia, referindo que, desde o período da pandemia, muitos não retomaram a sua atividade normal, mantendo-se condicionados e, em alguns casos, limitados ao apoio domiciliário, possivelmente por falta de recursos técnicos. Alertou a existência de carências no acompanhamento da população mais vulnerável, nomeadamente idosos, pessoas com doença crónica ou com mobilidade reduzida, sobretudo em algumas aldeias. Nesse sentido, sugeriu que o Município possa assumir um papel mais ativo, em articulação com as IPSS, Juntas de Freguesia e associações locais, nomeadamente através da utilização de infraestruturas disponíveis, como antigas escolas primárias atualmente sem uso, para a criação de respostas de apoio à população, sugerindo a criação de mecanismos que permitam a reativação desses equipamentos ao serviço da população, nomeadamente através de parcerias com associações, juntas de freguesia ou outras entidades. Relativamente à população mais jovem, e considerando a aproximação do período de verão, propôs a criação de programas de ocupação de tempos livres destinados a jovens, à semelhança de iniciativas realizadas anteriormente. Referiu que estes programas poderiam abranger jovens com idades entre os dezasseis e os vinte e um anos, permitindo a sua participação em diversas atividades municipais, como apoio em piscinas, postos de turismo, acompanhamento de idosos ou colaboração em iniciativas de ação social, considerando que estas iniciativas contribuiriam para o envolvimento dos jovens na comunidade e para o reforço da sua ligação ao concelho. -----

Tomou a palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, quanto à situação das IPSS, referiu que existia uma dotação financeira que deveria e iria ser discutida em reunião de Câmara proximamente. Relativamente às antigas escolas, explicou que estavam a decorrer projetos, sendo dado conhecimento da sua evolução, com o objetivo de que esses espaços começassem a ser utilizados e não permanecessem ao abandono, como te acontecendo até ao momento. Acrescentou ainda que havia uma forte aposta na vertente do turismo, procurando transformar esses edifícios em instrumentos de ligação a essa área. Sublinhou também que o território era muito rico em artefactos arqueológicos, muitos dos quais nem sequer se encontravam localmente, mas sim numa localidade vizinha, Freixo de Numão. Nesse sentido, defendeu a necessidade de desenvolver capacidade técnica e logística para acolher e valorizar essa história e legado. Considerou que parte dessa valorização poderia passar pela utilização das antigas escolas, quer para fins sociais, quer para fins turísticos, salientando que se tratava de património cuja utilização



representava um ato de inteligência. Admitiu igualmente a possibilidade de algumas dessas estruturas serem usadas no âmbito da ação social, manifestando abertura para tal, desde que existisse um pensamento estruturado e sustentabilidade financeira que permitisse acompanhar esses projetos. Recordou ainda que várias escolas, como as de Coriscada e Marialva, entre outras, já integravam a rede de apoio no âmbito da ação social, considerando essa solução positiva, pois evitava que esses edifícios permanecessem devolutos. Por fim, reconheceu o mérito de quem, oportunamente, tomou a iniciativa de disponibilizar essas valências à população.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 11 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis;

Após análise do ponto, o Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº 10 referente à reunião Ordinária de Câmara realizada no dia dezanove de março de dois mil e vinte e seis, e a ata nº 11 referente à reunião Ordinária de Câmara realizada no dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

Ponto 2 – Aprovação do relatório de contas do ano 2025;

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, referiu que o relatório em análise dizia respeito ao ano de 2025. Apesar de o Executivo ter tomado posse a 3 de novembro, salientou que tanto ele como a senhora Vereadora Carla Sequeira e o senhor vereador Anselmo Sousa não podiam dissociar-se desse período, uma vez que já se encontravam em funções. Apenas o senhor vice-presidente e o senhor Vereador Carlos Fial poderiam salvaguardar essa questão, por não integrarem o Executivo nesse ano. Destacou, de forma objetiva, a atual solidez financeira do município, indicando que a capacidade de endividamento ultrapassava os onze milhões de euros. Acrescentou que, apenas para o ano de 2026, caso houvesse intenção de contrair empréstimos, o município poderia recorrer a um montante máximo de cinco milhões de euros. Esclareceu, contudo, que isso não significava necessariamente que tal recurso viesse a ser utilizado, uma vez que não era uma necessidade imediata, mas sublinhou que esse cenário proporcionava conforto financeiro para planear futuras obras. Concluiu que o documento conferia ao Executivo, já em 2026, condições para definir e estruturar um conjunto de obras e projetos, com uma visão de médio e longo prazo, sem esquecer as necessidades imediatas do concelho de Mêda. Destacou ainda que essa capacidade financeira permitiria apoiar iniciativas estruturantes, essenciais para a fixação da população, especialmente dos jovens, para a criação de serviços e para o fortalecimento do concelho enquanto território com oportunidades para viver, investir e constituir família. Por fim, colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso algum ponto do documento necessitasse de maior clarificação.

Usou da palavra o Sr. **Vereador Anselmo Sousa**, referiu que se tratava de uma capacidade significativa de endividamento. Referiu ainda que, tendo também exercido funções como Presidente, conhecia bem o processo, considerando natural o contacto com outros autarcas, alguns dos quais defendiam que, existindo essa capacidade, a mesma deveria ser aproveitada para investir no concelho. Acrescentou que via essa possibilidade como uma oportunidade, defendendo que, sempre que o investimento contribuísse para o desenvolvimento do concelho, deveria ser concretizado. Sublinhou, no entanto, que o documento em análise era de natureza técnica, refletindo o orçamento anual e a execução de tudo o que tinha sido realizado. Ainda assim, por uma questão de coerência, afirmou que se absteria, tal como já tinha feito relativamente ao orçamento, também na votação do relatório de contas.



4/2/2025

Reconheceu igualmente as dificuldades e vicissitudes ocorridas, nomeadamente os atrasos relacionados com ITI e outros fatores, que impediram a execução de algumas obras inicialmente previstas, demonstrando compreensão face a essas circunstâncias. Concluiu reiterando a sua decisão de abstenção na votação do relatório de contas.

Usou da palavra o Sr. Vereador Carlos Fial, referiu que gostaria de deixar uma análise breve ao documento, reconhecendo que, tal como já tinha sido mencionado pelo senhor Presidente, se tratava de um documento obrigatório e contabilístico, mas que também continha dados relevantes que permitiam identificar as linhas orientadoras da política que vinha sendo seguida. Destacou a existência de alguns aspetos positivos na prestação de contas, nomeadamente ao comparar os valores de 2025 com os de 2024, verificando-se a recuperação de vários indicadores. Ainda assim, salientou que o resultado líquido de 2025 tinha sido muito melhor do que de 2024. Manifestou, contudo, preocupação relativamente ao aumento significativo da receita, sobretudo na componente líquida proveniente de impostos e taxas. Indicou que esse aumento tinha superado largamente o previsto, passando de cerca de oitocentos mil euros para mais de um milhão, o que correspondia a uma execução próxima dos 120%. Considerou que tal situação demonstrava que o município se estava a financiar, em grande medida, através dos contributos fiscais dos munícipes. Reconheceu que a situação financeira proporcionava margem de manobra para a implementação da agenda política do Executivo e para a realização de investimento público. No entanto, referiu que, apesar da elevada capacidade de endividamento, já existir um serviço de dívida significativo, referindo que, em 2025, tinham sido pagos cerca de sessenta mil euros em juros. Por fim, indicou que o seu sentido de voto seria a abstenção, justificando essa posição não apenas pela coerência com a votação do orçamento, mas também pelo facto de não ter estado diretamente envolvido nesta gestão.

O Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções do Partido Socialista, aprovar o Relatório de Contas do ano de 2025, cujos documentos se encontram em anexos à presente proposta e dela fazem parte integrante, bem como submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea l), do n.º 2, do art.º 25º do Anexo I do supracitado diploma legal.

Ponto 3 – Celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Mêda e a Fundação Álvaro Carvalho – especialidade oftalmologia – ano 2026;

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, referiu que, foram dezenas as pessoas que beneficiaram dessa intervenção cirúrgica da especialidade de oftalmologia, realizada em Castelo Branco, tendo sido proporcionadas melhores condições de vida, tanto a pessoas já em idade de aposentação, que necessitavam de apoio no seu dia a dia, como a pessoas ainda com vida ativa, permitindo-lhes desempenhar as suas funções com maior capacidade do que anteriormente à operação. Explicou ainda que, nesse ano, a verba apresentada era inferior à do ano anterior, justificando essa redução com o facto de muitas das necessidades já terem sido colmatadas. Acrescentou que não faria sentido repetir intervenções já realizadas, deixando assim de existir necessidade para esse investimento. Manifestou a intenção de deixar um voto de louvor pelo excelente trabalho de cooperação desenvolvido com a autarquia. Prosseguindo colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o valor de 6.000,00 € (seis mil euros) para ser utilizado no âmbito da presente colaboração, bem como a minuta do

46meda



Protocolo a celebrar entre o Município da Meda e a Fundação Álvaro Carvalho em anexo à presente proposta, conferindo ainda poderes ao Senhor Presidente de Câmara para a sua outorga.

Ponto 4 - Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Prova, para realização de obras de edificação;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Prova, no montante de 35.000,00 €, destinado à realização das obras identificadas na presente proposta. Mais deliberou aprovar a minuta de protocolo em anexo, conferindo ainda poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 5 - Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Ranhados, para realização de obras na Igreja de Ranhados;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Ranhados, no montante de 50.000,00 €, destinado à realização de obras na Igreja de Ranhados. Mais deliberou aprovar a minuta de protocolo em anexo, conferindo ainda poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 6 - Atribuição de apoio ao Centro Cultural e Recreativo de Mêda – ano 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. Neste momento o Sr. Vereador Carlos Fial ausentou-se da sala devido ao impedimento existente por ser Presidente do Centro Cultural e Recreativo de Mêda. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a atribuição de um apoio financeiro ao Centro Cultural e Recreativo de Mêda, no montante de 4.000,00 €, referente ao ano de 2026, bem como a respetiva minuta de Protocolo, que faz parte integrante da presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 7 - Atribuição de apoio à Associação Centro Sócio Cultural da Coriscada - C.S.C.C. – ano 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Centro Sócio Cultural da Coriscada - C.S.C.C., no montante de 4.000,00 €, referente ao ano de 2026, bem como a respetiva minuta de Protocolo, que faz parte integrante da presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 8 - Atribuição de apoio financeiro ao “O Avelosense” - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Aveloso – ano 2026;

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, explicou que, se tratava de uma associação com um papel importante no concelho, destacando que, sendo uma banda inserida numa Freguesia, a sua existência permitia colmatar diversas lacunas existentes, em várias vertentes, através do trabalho desenvolvido por essa associação.

Usou da palavra o Sr. Vereador Carlos Fial, referiu que gostaria de deixar algumas palavras, manifestando que o apoio às associações culturais deveria ser devidamente enquadrado na política cultural do concelho, defendendo que esse processo fosse realizado com maior antecedência, de forma a permitir que as associações pudessem planear atempadamente o seu ano e as respetivas atividades.



L. Almeida

O Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação “O Avelosense” - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Aveloso, no montante de 4.000,00 €, referente ao ano de 2026, bem como a respetiva minuta de Protocolo, que faz parte integrante da presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 9 – Proposta de apoio financeiro a atribuir pelo Município de Mêda ao abrigo Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Apicultura, para o ano 2025;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Apicultura, fixando o montante de 9,00 € por colónia, bem como a respetiva minuta de Protocolo de Apoio, que faz parte integrante da presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 10 - Proposta de atribuição de designações toponímicas das freguesias;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de designações toponímicas às vias identificadas nas freguesias do concelho, conforme informação técnica e plantas em anexo, as quais fazem parte integrante da presente proposta, de acordo com o parecer da Comissão Municipal de Toponímia e das respetivas Juntas de Freguesia.

Ponto 11 - Proposta de submissão à Assembleia Municipal de Mêda do “pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para o “complexo agroindustrial avícola”.

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para o “complexo agroindustrial avícola” e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea ccc), do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea h), do n.º 1, do art.º 25º do Anexo I do supracitado diploma legal.

Ponto 12 – Ratificação-Sanação da deliberação tomada em reunião de câmara realizada a 27 de março de 2026, relativa à atribuição de atribuição de um apoio financeiro à União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, para realização de obras de “estabilização de caminho público (caminho da “fonte da tijela).”

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar-sanar a deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 27 de março de 2026, relativa à atribuição de um apoio financeiro à União das Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, no valor de 13.568,00 €, destinado à realização de obras de estabilização do caminho público designado “Caminho da Fonte da Tijela”. Mais deliberou, nos termos e para os efeitos do nº 5 do artigo 164º do CPA, que a presente ratificação-sanação deva retroagir os seus efeitos à data da prática do ato ratificado.

Ponto 13 - Ratificação-Sanação da deliberação tomada em reunião de câmara realizada a 27 de março de 2026, relativa à atribuição de atribuição de um apoio financeiro e institucional à associação juvenil medamais, no âmbito da criação do projeto “mêda+comunidade”.



Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. Neste momento o Sr. Vereador Carlos Montês, ausentou se da sala por se considerar ainda impedido em virtude ter algumas ligações a referida Associação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar-sanar a deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 27 de março de 2026, relativa à atribuição de um apoio financeiro à Associação Juvenil Medamais, no montante de 5.000,00 €, no âmbito do projeto “Mêda+ Comunidade”, a formalizar através de Protocolo de Colaboração. Mais deliberou, nos termos e para os efeitos do nº 5 do artigo 164º do CPA, que a presente ratificação-sanação deva retroagir os seus efeitos à data da prática do ato ratificado.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende dez páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)